

2 **Ata da 89ª Plenária do Conselho Municipal de**  
3 **Assistência Social de Belo Horizonte – CMAS/BH**

4  
5 Aos quatorze dias de dezembro de 2005, no auditório da Casa dos Conselhos, situado na Rua  
6 Eurita, 587 – Bairro Santa Tereza, foi iniciada a 89ª Plenária Ordinária do Conselho Municipal  
7 de Assistência Social – CMAS/BH. A presidente do Conselho, Léa Lúcia Cecílio Braga iniciou a  
8 plenária apresentando a pauta a ser discutida, que constava dos seguintes pontos: 1)  
9 Renovação de Inscrição de Entidades de Educação; 2) Apresentação de Mensagens da  
10 Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social – SMAAS; 3) Prestação de Contas do 1º  
11 Semestre e 3º Trimestre de 2005; 4) Apresentação da Assistência Social na Intranet pela  
12 SMAAS; 5) Informes sobre Emendas Parlamentares; 6) Informações Gerais. Logo após a  
13 leitura do ofício de convocação n.º 149/05, contendo a pauta, a presidente Léa Lúcia falou da  
14 necessidade de adequação da pauta definida anteriormente pela mesa diretora, em função da  
15 sua extensão. Colocada em votação, foi aprovada e mantidos os pontos de números 1, 2, 3, 5  
16 e 6 da pauta. Em seguida, foi feita a leitura da Ata da 88ª Plenária Ordinária. Feitas algumas  
17 correções, foi colocada em votação e aprovada. Na seqüência, a presidente Léa Lúcia passou  
18 para a Conselheira Maria José Alves Machado, Coordenadora da Comissão de Normas a  
19 apresentação do 1º ponto de pauta – Renovação de Entidades de Educação. A conselheira  
20 Maria José iniciou sua apresentação pelo Colégio Coração de Maria da Sociedade de  
21 Assistência e Cultura Sagrado Coração de Jesus. O Colégio possui Renda Bruta de  
22 R\$2.663.115,69 e a gratuidade a ser aplicada é de R\$532.623,20; a gratuidade aplicada em  
23 Belo Horizonte foi de R\$552.790,23. O Colégio apresentou como justificativa de gratuidade os  
24 seguintes serviços: 226 bolsas de estudo integrais e parciais para alunos, conforme Resolução  
25 020/00 do CMAS, Custo Anual: R\$550.956,23, sendo que, do total de 226 bolsas, 84 são para  
26 alunos do Educandário Santo Antônio; outra justificativa foi o Projeto de complementação de  
27 livros para alunos bolsistas em situação de vulnerabilidade social, com Custo Anual:  
28 R\$1.834,00. Foi lida a recomendação feita ao Colégio Coração de Maria e, colocada em  
29 votação, foi aprovada a renovação da inscrição. A segunda entidade apresentada foi o Colégio  
30 São Miguel Arcanjo. O Colégio possui Renda Bruta de R\$3.842.167,79 e a gratuidade a ser  
31 aplicada é de R\$768.433,40. A gratuidade aplicada em Belo Horizonte foi de R\$771.144,68. O  
32 Colégio apresentou como justificativa de gratuidade os seguintes serviços: 209 bolsas de  
33 estudo integrais e parciais para alunos do Ensino Infantil ao Médio, Custo Anual:  
34 R\$558.564,60. O Colégio possui parceria com as seguintes entidades: Ordem Religiosa das  
35 Escolas Pias Padre Escolápios – OREP, com Custo Anual de R\$209.180,80; e Parceria com a  
36 Casa Dom Bosco, com Custo Anual de R\$3.400,00. Foi lida a recomendação feita ao Colégio  
37 São Miguel Arcanjo. Colocada em votação, foi aprovada a renovação da inscrição. A terceira  
38 entidade foi o Colégio Sagrado Coração de Maria da Sociedade Civil Casas de Educação. O  
39 Colégio possui Renda Bruta de R\$3.325.005,73 e a gratuidade a ser aplicada é de R\$  
40 665.001,20; a agratuidade aplicada no município foi de R\$756.741,26. O Colégio apresentou  
41 como justificativa de gratuidade os seguintes serviços: 30 bolsas de estudo para alunos do

42 Curso Diurno, Custo Anual: R\$228.487,68; Curso Noturno – Educação de Jovens e Adultos –  
43 EJA para 64 alunos, Custo Anual R\$228.487,68; Inclusão Digital/Curso de Informática para  
44 Noturno, com 54 alunos. Custo Anual: R\$94.569,12; Projeto Vida Padre Gailhaic que atende a  
45 133 crianças/adolescentes de 6 a 13 anos, Custo Anual: R\$304.038,00. Foi lida a  
46 recomendação feita ao Colégio Sagrado Coração de Maria. Colocada em votação, foi aprovada  
47 a renovação da inscrição. A quarta entidade apresentada foi o Centro Educacional Pio XII. O  
48 Colégio possui Renda Bruta de R\$2.247.386,58 e a gratuidade a ser aplicada é de  
49 R\$449.477,20; a gratuidade aplicada em Belo Horizonte foi de R\$708.387,46. O Colégio  
50 apresentou como justificativa de gratuidade os seguintes serviços: Curso Noturno no Ensino  
51 Regular Formal para 150 alunos, com informática, Custo Anual: R\$587.217,20; 17 bolsas para  
52 alunos do Curso Diurno e Curso Técnico, bolsas de 50% a 100% do valor da mensalidade  
53 vigente, Custo Anual R\$46.756,44; 17 bolsas integrais para alunos do Programa Bom Aluno;  
54 Custo Anual: R\$74.413,82. Foram lidas as recomendações feitas ao Centro Educacional Pio  
55 XII. Colocada em votação, foi aprovada a renovação da inscrição. A quinta entidade  
56 apresentada foi o Colégio Frei Orlando Unidade I e II da Beneficência Franciscana. A  
57 mantenedora possui Renda Bruta de R\$7.760.707,22 e a gratuidade a ser aplicada é de  
58 R\$1.552.141,40; a gratuidade aplicada em Belo Horizonte foi de R\$1.455.690,50. Os colégios  
59 apresentaram como justificativa de gratuidade: Serviços próprios que mantém: - Centro de  
60 Educação e Esportes São Francisco – CESFRAN, atendimento a 209 crianças/adolescentes  
61 de 0 a 14 anos na Educação Infantil e Socialização Infanto Juvenil, Custo Anual:  
62 R\$269.873,36; - Centro Geriátrico Lar Frei Zacarias, atendimento a 28 idosas na modalidade  
63 instituição de longa permanência, Custo Anual: R\$269.973,85; - Casa Lar Santa Clara,  
64 atendimento a 53 mulheres em curso de Geração de Renda/Inclusão Produtiva, Custo Anual:  
65 R\$25.385,83; - Ação Social da Beneficência Franciscana, atendimento a 26 famílias no  
66 atendimento emergencial básico (cesta básica e medicamentos), Custo Anual R\$40.218,14;  
67 justificativa de gratuidade através de concessão de Bolsas de Estudo, sendo, na Unidade I:  
68 144 alunos com bolsas parciais e integrais, Custo Anual: R\$440.551,94 e na Unidade II: 101  
69 alunos com bolsas parciais e integrais, Custo Anual: R\$298,588,62; 06 bolsas integrais na  
70 Unidade I para alunos do CESFRAN no Apoio Pedagógico do Colégio, Custo Anual  
71 R\$21.650,40. Outra justificativa foi através de Parceria com o grupo de voluntárias Pró-  
72 Comunidade Perpétuas – Creche das Perpétuas, com Custo Anual de R\$89.454,32. Foram  
73 lidas as recomendações feitas aos Colégios Frei Orlando Unidade I e II da Beneficência  
74 Franciscana. Colocada em votação foi aprovada a renovação da inscrição. O último Colégio  
75 apresentado pela conselheira Maria José foi o Colégio São Pascoal da Congregação das Irmãs  
76 do Sagrado Coração de Maria – Província Brasileira. A mantenedora do Colégio possui Renda  
77 Bruta de R\$13.656.617,50 e a gratuidade a ser aplicada é de R\$2.731.123,50; a gratuidade  
78 aplicada no município foi de R\$180.425,45. O Colégio apresentou como justificativa de  
79 gratuidade: Concessão de 79 bolsas de estudo integrais e parciais, totalizando uma aplicação  
80 de R\$180.425,45/ano. A coordenadora da Comissão de Normas, Maria José, informou que a  
81 mantenedora deste Colégio possui atuação de âmbito estadual, atuando também em outros  
82 municípios de Minas e em outros estados. Foi lida a recomendação feita ao Colégio. Colocada

83 em votação, foi aprovada a renovação da inscrição. Em seguida, foi apresentado o 2º Ponto de  
84 Pauta – Apresentação de Mensagens e Comunicados da SMAAS. A representante da SMAAS  
85 – Sandra Regina Ferreira, da Gerência de Proteção Especial, apresentou as Mensagens e  
86 Comunicados. A primeira a ser apresentada foi a mensagem n.º 12/2005 que trata da escolha  
87 de nova entidade para atendimento, no Programa de Abrigos, de 12 crianças do sexo  
88 masculino, entre 08 e 12 anos completos, com trajetória de vida nas ruas. O novo serviço será  
89 desenvolvido em BH, totalizando investimento de R\$72.747,22/ano. Feita a leitura da  
90 mensagem, foi colocada em votação e aprovada. Logo após, Sandra Regina fez a leitura dos  
91 comunicados da SMAAS enviados ao Conselho. Ela apresentou o Comunicado relativo à  
92 existência de saldo para o Programa Sentinela que será destinado, prioritariamente à  
93 qualificação profissional da equipe técnica e para equipar sala de atendimento a crianças e  
94 adolescentes vítimas de violência sexual. Sandra apresentou a justificativa para tal comunicado  
95 e informou que o valor do saldo é de R\$26.000,00, oriundos de recurso do FNAS (governo  
96 federal) e a contrapartida do município de R\$1.040,00, perfazendo um total de R\$27.040,00. O  
97 outro comunicado apresentado foi relativo ao remanejamento de recurso de 15 per capita do  
98 Centro de Recreação de Atendimento e Defesa da Criança e do Adolescente para a  
99 Providência Nossa Senhora da Conceição visando a execução do atendimento na modalidade  
100 Centro de Passagem, totalizando valor anual de R\$239.187,00 em 13 parcelas, oriundos de  
101 recursos do ROT/FMAS. O próximo Comunicado apresentado referiu-se ao encerramento do  
102 convênio entre Programa de Abrigos para crianças e adolescentes e o Centro de Recreação de  
103 Atendimento e Defesa da Criança e do Adolescente que terminará a vigência em 31/12/05.  
104 Terminada a apresentação dos Comunicados, a plenária referendou os comunicados enviados  
105 ao Conselho pela Secretaria. Logo após, o técnico Paulo Henrique Rodrigues, Soares, da  
106 Gerência de Proteção Social Básica da SMAAS, fez a leitura de outra mensagem n.º 001/2005  
107 que trata da escolha de nova entidade para o atendimento no Programa para Jovens – 15 a 17  
108 anos (Núcleos de Jovens) a ser executado na Região Venda Nova, na Vila Apolônia, para o  
109 atendimento de 50 jovens, totalizando investimento anual de R\$54.996,00. Terminada a  
110 apresentação, o Conselheiro Márcio Almeida Dutra, Coordenador da Comissão de  
111 Financiamento, falou que essas mensagens e comunicados foram apresentados e analisados  
112 antes na Comissão, em reunião do dia 06/12/05, e que o parecer da Comissão é favorável.  
113 Portanto, foi colocada em votação e aprovada a mensagem apresentada. Em seguida a  
114 presidente Léa Lúcia chamou outra representante da Secretaria, Ralise Cássia Macêdo, da  
115 Gerência de Inclusão Produtiva, para apresentação de 2 projetos de captação de recursos  
116 junto ao MDS. Ralise iniciou a apresentação falando que em função de uma Portaria do MDS  
117 (Portaria n.º 566 de 14/12/05 que disponibiliza recursos aos municípios para financiamento de  
118 projetos de inclusão produtiva, destinados a população em situação de rua), a Secretaria,  
119 então resolveu elaborar 2 projetos. O 1º Projeto apresentado foi o ECO BLOCO – Expansão –  
120 Produtos de Artefatos de Concreto a partir de Entulho da Construção Civil. Ralise explicou que  
121 este projeto de inclusão produtiva objetiva a geração de renda para a população de rua através  
122 do aproveitamento do entulho e sua transformação em produto. Ela informou que o projeto visa  
123 atender 20 moradores em situação de rua e que é uma expansão do projeto para a região da

124 Pampulha. Ralise informou que o valor total destinado à expansão do projeto é de  
125 R\$104.000,00, sendo que R\$100.000,00 é o financiamento do Governo Federal e R\$4.000,00  
126 é a contrapartida do município. O 2º Projeto apresentado foi o Projeto Coco Verde é Vida –  
127 Unidade de Beneficiamento da Casca do Coco Verde. Ralise informou que este projeto visa o  
128 aproveitamento da casca do coco verde como matéria-prima para geração de diversos  
129 produtos fabricados a partir da casca do coco, associando à sua vertente ambiental a  
130 possibilidade de inserção social. Ela informou que o projeto se destina a atender a 20 pessoas  
131 em situação de rua com o propósito de gerar trabalho e renda. Ralise informou que o recurso  
132 destinado à execução do projeto totaliza R\$156.000,00, sendo que R\$150.000,00 é  
133 responsabilidade do MDS e R\$6.000,00 é a contrapartida do município. Ela falou da parceria  
134 que já existe com a SLU e informou que existe uma experiência bem sucedida no Ceará.  
135 Terminou sua exposição colocando a Gerência de Inclusão Produtiva à disposição para  
136 quaisquer esclarecimentos sobre os projetos apresentados. Logo após foram solicitados alguns  
137 esclarecimentos pela Plenária. O conselheiro Mário Delavy perguntou se a execução do projeto  
138 seria direta ou através da rede conveniada. Ele perguntou também qual é a dimensão da  
139 produção da casca do coco gerada no município. Ralise informou que o recurso destinado à  
140 execução do projeto será alocado no FMAS e que, portanto, será aplicada a Lei de Parcerias.  
141 Ela informou que foi feito um estudo pela SLU mostrando o impacto positivo para o município,  
142 sendo justificável, portanto, o projeto. A conselheira Maria José pede esclarecimento quanto a  
143 origem do recurso e quanto a forma utilizada para execução do serviço. Ralise informou que a  
144 origem do recurso é oriunda de saldo de recurso dos municípios devolvido ao MDS em 2005.  
145 Falou que a execução se dará através da Lei de Parcerias/Chamamento Público. O Secretário  
146 Executivo do CMAS, Domingos Sávio de Araújo, ao final dos esclarecimentos solicitados pelas  
147 plenária, parabenizou a forma clara de apresentação utilizada pela Secretaria, que trouxe  
148 subsídios antes não esclarecidos para o Conselho. Sávio colocou que a portaria, em um dos  
149 seus artigos, abriu a possibilidade de conveniamento direto de ONG's com o MDS. Ele falou  
150 que este tipo de relação convencional do MDS direto com Entidades é um atentado à  
151 municipalização. Sávio concluiu dizendo ser importante pedir ao CNAS um parecer sobre tal  
152 portaria. A conselheira Sandra Regina Ferreira Barbosa reafirmou ser importante o CMAS pedir  
153 ao CNAS esclarecimentos, uma vez que pede para o Conselho ratificar projetos de entidades,  
154 abrindo a possibilidade de fazer convênio direto com entidade. A presidente Léa Lúcia  
155 encaminhou a proposta de solicitar ao CNAS um parecer sobre a Portaria. Colocada em  
156 votação, foi aprovada. Finalizando este ponto, o Conselheiro Márcio Dutra solicitou que em  
157 outro momento fosse apresentado ao Conselho um estudo sobre o impacto da casca do coco e  
158 a viabilidade do projeto para o município e que viesse um corpo técnico da SLU e da SMAAS  
159 para fazer a apresentação. Logo após, a Presidente Léa Lúcia passou a apresentação do  
160 próximo ponto de pauta – Prestação de Contas do 1º Semestre e 3º Trimestre de 2005 – para  
161 a representante da Secretaria. Maria Aparecida Monteiro de Oliveira, da Gerência de Inspeção  
162 Financeira da SMAAS, fez a apresentação da planilha contendo o Demonstrativo da Aplicação  
163 e Origem da Despesa por fonte dos recursos do FMAS – Posição até 31/10/2005. Maria  
164 Aparecida apresentou a planilha do demonstrativo contendo os seguintes dados: na Execução

165 Orçamentária, foram apresentados os seguintes valores – Orçamento inicial de  
166 R\$50.055.744,00; valor empenhado de R\$29.132.323,63; e uma Execução Financeira: - valor  
167 pago R\$21.114.715,58, até o momento. A representante da SMAAS explicou a planilha  
168 contendo os valores e a descrição dos serviços. Informou que utilizou como referência para  
169 exemplificar a prestação de contas um programa. Após a apresentação, Maria Aparecida  
170 disponibilizou ao Conselho um Cronograma de liberação de recursos – Pagamento de  
171 Entidades. Ela informou também que está sendo feito na SMAAS um levantamento dos atrasos  
172 nos pagamentos da rede conveniada para ser enviado ao Conselho, mas informou também  
173 que parte dos atrasos é devido a pendências de entidade na prestação de contas. Maria  
174 Aparecida acrescentou que, dentro da solicitação feita a SMAAS pela Comissão de  
175 Financiamento para conhecer o gasto da Assistência no contexto geral de arrecadação da  
176 PBH, foi possível levantar que o gasto fica em torno de 2% do Orçamento da PBH e que é  
177 necessário mais tempo e um estudo mais detalhado para que possa levantar mais dados em  
178 relação ao gasto. Terminada a apresentação foram solicitados alguns esclarecimentos pela  
179 plenária. O conselheiro Márcio Dutra, Coordenador da Comissão de Financiamento, falou que  
180 a forma de entendimento do orçamento é difícil, mas que conhecer o gasto da Assistência no  
181 contexto geral da PBH, constitui em avanço e possibilita levantar dados dentro de uma série  
182 histórica. Márcio disse ser importante conhecer que hoje se gasta 2% do Orçamento da PBH e  
183 que isto irá possibilitar uma forma de organização diferente. Márcio concluiu dizendo que a  
184 Comissão analisou anteriormente a prestação de contas, onde solicitaram a SMAAS alguns  
185 dados para facilitar a análise da prestação de contas e que a Comissão, ao analisar, procurou  
186 facilitar o processo de entendimento do orçamento. Logo após, a conselheira Kátia Rochael  
187 Rodrigues solicitou à representante da SMAAS esclarecimento sobre: o porquê de algumas  
188 ações serem empenhadas e outras não. Maria Aparecida esclareceu que foi utilizado, como  
189 parâmetro, a exemplificação através de um programa dentro do contexto geral. A conselheira  
190 Maria José falou da incoerência da exigência da Certidão Negativa de débitos das entidades  
191 conveniadas, uma vez que o recurso do convênio atrasa e que os municípios foram isentados  
192 da apresentação, recentemente, o que foi um avanço para a Política. A conselheira Sandra  
193 Regina complementou dizendo que o atraso no pagamento desgasta a relação com a rede  
194 conveniada, além de comprometer a execução da política. Em resposta, Maria Aparecida da  
195 SMAAS frisou ser papel do Conselho questionar, fiscalizar, pedir esclarecimento ao Órgão  
196 Gestor quanto aos atrasos e que em relação aos recursos do ROT estes são pagos na primeira  
197 quarta-feira após o pagamento dos servidores. Informou que o recurso do governo federal  
198 também atrasa. A conselheira Nelly Costa Bittencourt pergunta o porquê do atraso para as  
199 entidades que atendem as pessoas com deficiência, uma vez que o município não prestou  
200 contas do recurso passado, prejudicando a rede que atende a pessoa com deficiência no  
201 município. Nelly pediu que o Conselho faça a discussão e paute em plenária como ficará a  
202 situação das Clínicas em janeiro de 2006, que atendem mais de 6.000 mil crianças com  
203 deficiência. Ela solicitou como ficará o financiamento desta rede e concluiu dizendo  
204 responsabilizar o Conselho se nada for feito. A conselheira Nelly enquanto representante da  
205 FEBIEX e Conselheira, disse que espera uma posição a respeito do repasse do recurso do

206 governo federal e solicita ao município que defina, de quem será a responsabilidade em  
207 assumir a rede (Saúde, Educação ou Assistência). A presidente Léa Lúcia, em resposta,  
208 esclareceu que na reunião anterior da Mesa Diretora decidiram marcar uma reunião ampliada  
209 com a representação deste segmento para que possam discutir e encaminhar a discussão  
210 dentro do Conselho. O último ponto de pauta referiu-se aos informes gerais. O primeiro informe  
211 foi em relação às Emendas Parlamentares. A presidente Léa Lúcia informou, que em resposta  
212 às solicitações feitas pelo Conselho à Procuradoria Geral do Estado de Minas Gerais, o  
213 Conselho recebeu um ofício contendo a seguinte resposta: "...informo-lhe que a Procuradoria  
214 da União no Estado de Minas Gerais, órgão integrante da Advocacia-geral da União, atua no  
215 contencioso, não sendo órgão consultivo," emitido pelo procurador-Chefe da União no Estado  
216 de Minas Gerais, Dr. Márcio Versiane Penna. Léa informou que o Conselho continua  
217 aguardando os outros dois pareceres solicitados ao CNAS e a PGM da União. Finalizando este  
218 informe a Conselheira Sandra Regina pede que o assessor jurídico para o Conselho seja  
219 providenciado o mais rápido possível, tendo em vista a necessidade de assessoria jurídica  
220 neste e em diversos assuntos pautados que demandam do Conselho um posicionamento  
221 jurídico. O último informe referiu-se a realização da V Conferência Nacional de Assistência  
222 Social. Léa informou que em BH tivemos a participação de 7 pessoas e que destes, 3 são  
223 conselheiros municipais: Kátia Rochael Rodrigues, Darci Vilaça e Maria José Alves Machado.  
224 Léa solicitou que eles falassem sobre a Conferência. A conselheira Maria José falou da sua  
225 participação na oficina do artigo 3º da Loas e destacou sua participação na moção de repúdio  
226 às emendas parlamentares carimbadas/individuais, sugerindo para que fossem para o fundo. A  
227 conselheira Kátia informou que foi uma conferência muito bem organizada com a participação  
228 de mais de 900 delegados e fez menção ao álbum de fotografia apresentado na conferência  
229 retratando diversas realidades. Kátia enfatizou um dado apresentado em relação a  
230 informatização e acesso dos municípios à INTERNET, 54% dos municípios com acesso. A  
231 conselheira Darci Vilaça falou que BH teve a oportunidade de apresentar nas oficinas sua  
232 experiência com dois serviços voltados à criança/adolescente, sendo o 0 a 6 anos para criança  
233 pequena e o 6 a 14 anos (socialização infanto juvenil). Falou que foi uma experiência muito  
234 positiva apresentada na Conferência pela Secretária, Rosilene Cristina Rocha. Sávio enfatizou  
235 sua participação enquanto relator na Conferência e concluiu dizendo que a conferência no que  
236 tange a discussão e estruturação do SUAS foi bem sucedida. A presidente, Léa Lúcia concluiu  
237 este ponto dizendo ter sido muito bem organizada e que tratou de conteúdos importantes para  
238 validação do SUAS. Léa informou que na Conferência Nacional foram chamados todos os  
239 CEAS's em reunião, onde ficou decidido que estes ficariam com a responsabilidade de  
240 repassar posteriormente as senhas de acesso ao SUAS – WEB aos Conselhos Municipais,  
241 enfatizando uma novidade na implementação do SUAS. Nada mais havendo a tratar, eu  
242 Sandra Regina Ferreira Barbosa, Secretária Geral do Conselho Municipal de Assistência  
243 Social, lavro e assino a presente ata. Belo Horizonte, 14 de dezembro de 2005.